

D. AUGUSTO LEOPOLDO – 150 ANOS

LUÍS SEVERIANO SOARES RODRIGUES*
Economista

SUMÁRIO

Introdução
Ingresso na Marinha
Viagem de circum-navegação
 Escala no Chile
 Escala no Japão
Na Proclamação da República
Na Marinha da Áustria
A família
Anexo

INTRODUÇÃO

D. Augusto Leopoldo nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 6 de dezembro de 1867, segundo filho do Almirante Duque de Saxe e de sua augusta esposa Dona Leopoldina, filha de D. Pedro II. Sua formação começa no Imperial Colégio de Pedro II. Desse período, um colega seu deixou-nos um pequeno relato: “Eu era colega do Príncipe Dom Augusto, filho da já então finada Princesa Dona Leopoldina, Duquesa de Saxe. Era um menino simples, louro, cabecinha redonda, cabelos cortados à escovinha, olhos azuis, vivos; sentava-se na aula em

lugar separado de nós. Ninguém a princípio ousava chegar-se para perto dele; neto do Imperador! Após alguns dias de convivência, entretanto, compreendemos todos que, apesar de neto do Imperador, era como nós de carne e osso e travesso”. (Rodrigo Octávio, *Minhas Memórias dos Outros*, 1978).

INGRESSO NA MARINHA

Posteriormente, D. Augusto Leopoldo foi transferido para a Escola Naval, sendo aspirante em 1883 (Figura 1). Em 1886 fez sua Viagem de Instrução, ainda segundo-tenente (Figura 2), a bordo do Cruzador

* Pós-graduado em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Barroso, sob o comando do Almirante Saldanha, com destino aos Estados Unidos da América, onde foi recebido pelo Presidente Cleveland, a quem apresentou os cumprimentos enviados pelo seu augusto avô.

Em 1888, conforme notícia da *Gazeta de Notícias* de 18 de março, partiria no dia 20 do mesmo mês com destino a Belém, em Viagem de Instrução, a 2ª Divisão de Cruzadores, sob o comando do Chefe de Divisão Eduardo Wandenkolk, que viajava a bordo do Cruzador *Almirante Barroso* (Figura 3). O mesmo navio levava o secretário e ajudante de ordens, o Segundo-Tenente Pedro Velloso Rabello; o oficial às ordens, Segundo-Tenente Príncipe Augusto Leopoldo; o guarda-marinha às ordens, Manuel Afonso da Fonseca Rodrigues; o comandante do navio, Capitão-Tenente Henrique Pinheiro Guedes; e o imediato, Primeiro-Tenente Emílio Carvalhaes Gomes. Dentre a numerosa oficialidade desse cruzador, destacamos o Segundo-Tenente Delfino Lorena, que, nas agruras do destino, seria fuzilado com seu tio, o Capitão de Mar e Guerra Frederico Lorena, e com seu irmão, Aspirante Pedro Lorena, na Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim (SC), em 1894; e o Guarda-Marinha Henrique Boiteux, que sobreviveria à Revolta da Armada e, no futuro, se destacaria como historiador naval. Além da numerosa oficialidade, seguiam um corpo de 16 músicos e 165 imperiais marinheiros.

Também integravam a Divisão a Corveta *Nictheroy* (comandante – Capitão de Mar e Guerra Dyonisio Manhães Barreto, imediato – Primeiro-Tenente Miguel Ignácio Belfort Vieira, oficialidade e 220 praças do Corpo de Imperiais Marinheiros) e o Cruzador *Primeiro de Março* (comandante – Capitão de Fragata Fernando Xavier de Castro, imediato – Primeiro-Tenente Francisco Pinto Torres Neves, oficialidade e 129 praças do Corpo de Imperiais Marinheiros). O mesmo



Figura 1 – Dom Augusto, Aspirante



Figura 2 – Dom Augusto de Saxe, Segundo-Tenente



Figura 3 – Dom Augusto e Eduardo Wandenkolk, em 1889

jornal informa que, naquela mesma data, o Chefe de Divisão Wandenkolk, comandante da 2ª Divisão de Cruzadores, acompanhado de todo o seu estado-maior, seguiria para Petrópolis para despedir-se de Sua Alteza Imperial Regente.

A presença do príncipe na Armada foi até compreendida como um elemento afortunado para o recém-criado Clube Naval, pois, na gestão do Capitão de Mar e Guerra Custódio de Melo, foi vislumbrada a intermediação do príncipe para se obter um terreno pertencente a Coroa no Largo do Paço para a construção da sede do clube. Mas tudo leva a crer que Custódio de Melo evitou essa solução (CARVALHO, 1968).

VIAGEM DE CIRCUM-NAVEGAÇÃO

Escala no Chile

Em 27 de outubro de 1888, o príncipe embarca para a viagem de circum-navegação no Cruzador *Almirante Barroso*, sob o comando do Capitão de Mar e Guerra Custódio

de Melo. Com ele seguiam vários membros das guarnições da viagem ao Pará, entre eles o Segundo-Tenente Delfino Lorena e o Guarda-Marinha Henrique Boiteux. A viagem transcorreu muito bem, com destaque para a passagem pelo Chile. Na cidade de Valparaíso, a guarnição do navio brasileiro foi objeto de muitas homenagens, retribuídas, inclusive, pelo comandante do cruzador.

Outro caso que se deu nessa parada foi uma questão protocolar, como narra o comandante: “No dia 25 de janeiro, apresentou-se a bordo, acompanhado do seu ajudante de ordens, o General Valdivieso, a fim de visitar-nos, a mim e ao príncipe D. Augusto, e bem assim significar-me que recebera ordem do Exmo. Sr. Presidente (D. Balmaceda) para pôr-se à disposição de Sua Alteza enquanto estivesse em Valparaíso”. Esse fato gerou um sério problema para o comandante, que tentou explicar ao general chileno que o príncipe viajava como simples segundo-tenente da Armada. O general, entretanto, argumentou que era obrigado a cumprir essa determinação presidencial. Assim, o comandante ponderou que se

contrapor poderia gerar um constrangimento diplomático. Em suas palavras temos como ele encarou a situação, e devemos chamar atenção para as opiniões do comandante em relação ao Imperador:

“Com efeito, cumprido meu dever desde que o General Valdevieso deu a sentir que não era lícito aceitar aquela subida honra pelos motivos já expostos, daí em diante a infração, que se pudesse dar, das regras disciplinares, corria à revelia minha e por conta tão somente do Presidente Balmaceda e seu digno enviado, os quais, estou certo, não compreendem a disciplina militar de modo diferente daquele por que a entendem os generais brasileiros, nem tampouco a iriam quebrantar unicamente para, no meio das instituições republicanas, que lhes era um dever acatar, fazerem uma barretada a um representante da família então reinante no Brasil. Não, não era nada disso; não se tratava de uma homenagem do Presidente da futura república transandina ao príncipe da monarquia brasileira, ao neto do Imperador do Brasil e muito menos ao Segundo-Tenente D. Augusto. Era simplesmente questão de finíssima galanteria, que só sabe ter um homem de aprimorada educação; que fazia um distinto chileno ao descendente do homem mais ilustre da América do Sul, daquele que, por suas excelsas virtudes e entranhado amor às letras, impunha-se, como ainda se impõe, à estima e veneração de todo o mundo civilizado. Esta verdade, que no Brasil nem os mais ardorosos republicanos ousam escurecer; porque, se é certo que entre nós a monarquia tinha inimigos cordiais, não é menos real que o Monarca, o homem que o mundo conhece hoje por um simples D. Pedro de Alcântara, só contava amigos sinceros” (MELLO, 1941, p. 482).

O comandante faz também entender que esse detalhe não chegou a atrapalhar os trabalhos a bordo, nem o príncipe deixou de cumprir suas obrigações. Outro detalhe

que se impõe registrar é que as inúmeras manifestações de apreço de que foram alvo os marinheiros brasileiros foram devidamente retribuídas quando da visita, no ano seguinte, do navio chileno *Almirante Cochrane* ao Rio de Janeiro.

Escala no Japão

Mais adiante, quando da passagem pelo Japão, o comandante e oito oficiais foram recebidos pelo Imperador Meiji, Mutsuhito, como relata o comandante, atitude que entendemos como um importante gesto diplomático:

“Por intermédio do Encarregado de Negócios de Portugal, pois o Brasil não tinha no Japão representação diplomática, o ilustre Sr. José Loureiro, obtive que o Mikado me concedesse uma audiência e no dia designado eu e oito oficiais por mim indicados metemo-nos em um trem do caminho de ferro, que vai de Yokohama a Tóquio, com destino a esta cidade, levando conosco nossos uniformes. À hora marcada para a audiência nos achamos em o novo e esplêndido palácio imperial, sendo transportados do hotel, onde nos hospedamos, em carruagens para tal fim postas à nossa disposição pelo governo” (*Op. cit.*, p. 516).

Na audiência, relata o comandante que os oficiais foram muito bem recebidos pelo Imperador, que estava envergando a sua farda de almirante. Na ocasião, Sua Majestade expressou a sua vontade de estabelecer relações diplomáticas (de amizade e comércio) com o Império do Brasil, bem como quis ter maiores detalhes sobre a longínqua viagem que estavam fazendo, tudo isso sempre com a intervenção do mestre de cerimônias, que se expressava em francês. Falando dos cumprimentos dados ao soberano, nos informa: “Ao príncipe D. Augusto, que era um dos oito oficiais, perguntou o Mikado pela saúde do ex-imperador, depois de o haver

Sua Alteza cumprimentado da parte deste” (*Op. cit.*, p. 517).

Ficamos assim sabendo que o grave problema de saúde que acometeu o nosso Imperador entre 1887 e 1888 foi conhecido até na longínqua Ásia. Terminada a audiência, a comissão de oficiais brasileiros, ciceroneada pelo ministro da Casa Imperial, Visconde Hijikata, passou a percorrer o Palácio Imperial. Os oficiais ficaram impressionados com o luxo e a beleza que viram, classificando-os como opulência e luxo arquiorientais.

NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Pouco tempo depois, quando o navio estava aportado em Colombo, capital do Ceilão (hoje Sri Lanka), o comandante recebe um telegrama dando conta do golpe de Estado que implantou a república no nosso país. Foram então dadas ordens para que, na Bandeira Nacional, se retirasse a coroa das armas imperiais e fosse colocada uma insólita estrela no seu lugar. Também foi exigido que o príncipe pedisse demissão. O telegrama era assinado pelo novo ministro da Marinha, Almirante Wandenkolk. Custódio de Melo não teve coragem de dar a infausta notícia ao príncipe. Assim, entregou-lhe o telegrama para que ele próprio visse as ordens recebidas. Ao ler tal ignomínia, o príncipe ficou abalado por si e pelo seu país. D. Augusto, então, por telegrama, entra em contato com o seu

augusto avô e depois informa ao comandante que não pediria demissão e sim licença por seis meses, apresentando a ele um telegrama subscrito por Dona Isabel, pelo Conde d’Eu e pelo seu irmão Dom Pedro Augusto. Foi-lhe concedido um jantar de despedidas, em que seus pares fizeram discursos emocionados e votos de boa sorte, e o príncipe presenteou vários camaradas

com alguns de seus pertences. No dia seguinte, ficou só naquele distante porto da Ásia, mas com a ajuda das autoridades britânicas (não nos esqueçamos de que seu avô paterno, o príncipe Augusto de Saxe Coburgo Gotha Kohary, era primo da Rainha Vitória, imperatriz da Índia, soberana também daquelas paragens) consegue chegar a Paris, onde encontra o avô, com quem ficou por bastante tempo. Lá ficou sabendo que o Vice-Almirante Wandenkolk, dez dias antes do golpe

de Estado, havia participado no Palácio Leopoldina, animadamente, do jantar oferecido pelo seu irmão Dom Pedro Augusto à oficialidade dos navios chilenos em visita ao Brasil. Wandenkolk, nos meses em que ficou preso em péssimas condições, nas masmorras do Marechal Floriano, deve ter lembrado que na monarquia frequentava melhores lugares.

Esse episódio da homenagem prestada ao príncipe dá em boa medida o grau da



Figura 4 – Dom Augusto Leopoldo no Japão em 1889

mesquinhez dos republicanos que chegaram ao poder. Estes, como bem lembrou um importante historiador naval, nunca mostraram a procuração passada pelo povo brasileiro para fazerem aquele ato (PORTO E ALBUQUERQUE, 1991). A essa conclusão chegamos pelas palavras do Comandante Custódio de Mello:

“Antes de desembarcar D. Augusto, tiveram nossos comandados a ideia de oferecer um banquete de despedida, ideia a que anuímos de coração. Tendo sido esse fato censurado, ao chegarmos à Capital Federal dissemos pela imprensa: – Não há dúvida que obsequiei, com meus comandados, o Príncipe D. Augusto em Colombo. Esse fato o Brasil inteiro conhece, pois é do domínio da imprensa diária, tanto nacional quanto estrangeira, e disso só tenho que ufanar-me: anuindo e concordando com meus comandados, a quem coube a iniciativa da ideia para o banquete a Sua Alteza oferecido, esse fato só me pode nobilitar. E, na verdade, não era mais questão de um príncipe da família reinante do Brasil, mas de um simples brasileiro exilado, sendo certo, aliás, como pode dar testemunho a oficialidade do *Almirante Barroso*, que eu, antes da república, não fazia a bordo a mínima distinção entre o príncipe e os demais oficiais seus companheiros. Mais de uma vez mandei que o imediato o repreendesse por faltas cometidas no serviço; e mesmo antes disso, a bordo da *Nictheroy*, no porto de Santos, sendo meu imediato o mesmo oficial que como tal serviu na viagem de circum-navegação, ordenei-lhe prendesse D. Augusto por motivo disciplinar. Outro, porém, era o caso em Colombo. D. Augusto não era mais príncipe brasileiro, e sim um simples camarada, um companheiro de trabalho e fadigas, que, sob o peso da desgraça, não cessava de chorar sua separação da Pátria

e dos amigos. Demais, ninguém conhece filosofia alguma que ensine a condenar com os princípios os homens que os adotam e só porque os adotam. Se isso seria uma monstruosidade em um país regido por qualquer outra forma de governo que não a republicana, com maioria de razão o seria no das instituições democráticas, que deve consagrar a liberdade plena do pensamento, respeitando todas as ideias, tolerando todas as opiniões. Ali não estava um representante da monarquia, mas sim um jovem que se fazia igual na luta contra os elementos ao lado de camaradas, com quem sempre confraternizou. Como, pois, opor-me à manifestação de um sentimento tão nobre, qual esse de que deram prova os oficiais do *Almirante Barroso* e de que eu, comandante deles, só tenho de desvanecer-me como tal se desvaneceria todo o homem de coração...?” (MELLO, 1938, p. 23/24).

Essas palavras dão também a medida da amizade e do companheirismo dos oficiais do *Almirante Barroso* para com D. Augusto Leopoldo, bem como do seu empenho no trabalho de oficial de Marinha. Mas também nos sentimos obrigados para com o comandante, que mais à frente, na sua narrativa, faz uma revelação da viagem de circum-navegação, qual seja um telegrama ao imperador deposto quando da passagem do navio pela França, já na fase de retorno do mesmo, e também deixa a sua opinião sobre a república que se implantou no Brasil à revelia do povo brasileiro:

“De passagem por Toulon, achando-se em Cannes o sempre pranteado D. Pedro de Alcântara, ex-Imperador do Brasil, cuja memória havemos de sempre honrar como homem e político, em nosso nome e no dos oficiais do *Almirante Barroso*, por telegrama, o saudamos tanto mais reverentemente quanto a nossos olhos sua sublime personalidade se havia tornado fulgurante

no exílio, impondo-se ao respeito e à admiração do Mundo por suas excelsas virtudes e patriótica resignação. Se ele vivesse, seria o único penhor da restauração monárquica no Brasil; e patriota abnegado, qual nos julgamos, preferiríamos a monarquia absoluta com ele à república que tivemos nos ominosos tempos dos transactos governos” (MELLO, 1938, p. 25).

NA MARINHA DA ÁUSTRIA

Essas palavras não precisam de comentários. O príncipe Augusto Leopoldo, pela lei do banimento, ficou impedido de retornar ao seu país. Essa história da sua permanência forçada no Ceilão é muito contada na Marinha até os dias atuais. Mas a sua carreira de marinheiro não terminou aí. Por deferência de sua majestade apostólica, o Imperador Francisco José I (primo-irmão de D. Pedro II) da Áustria-Hungria, foi concedido a D. Augusto Leopoldo, em 26 de abril de 1893 permissão especial para, como príncipe brasileiro, com extraterritorialidade (para não perder os seus direitos brasileiros), ingressar na

Marinha austríaca com os conhecimentos adquiridos na Escola Naval do Brasil, que o habilitavam. Na Áustria serviu em vários navios: *Novara*, *Wien*, *Monarch*, *Radetzky*, *Alpha*, *Maria Therezia* e *Francisco José*. Tendo ocupado os postos de segundo-tenente (até 1896) e primeiro-tenente (até 1900), em 1902 foi promovido a capitão de corveta (Figura 5). Em 1912 foi transferido para a reserva como capitão de fragata; em 1917, na reserva, foi promovido a capitão de mar e guerra, não tendo combatido os Aliados na Primeira Guerra Mundial (BRAGANÇA, 1961).

A FAMÍLIA

D. Augusto casou-se, em 30 de maio de 1894, com sua prima Dona Carolina de Habsburgo-Toscana (a avó paterna da noiva, grã-duquesa Maria Antônia da Toscana, era irmã de Dona Tereza Cristina, Imperatriz do Brasil, ambas princesas das Duas Sicílias). Dessa união foram gerados oito filhos. Fixou residência em Gerasdorf, onde sua casa era repleta de objetos alusivos ao Brasil, que ele chamava de “meu pequeno Brasil”. Desde o brasão imperial brasileiro nos pesados portões da residência até o busto de D. Pedro II no *hall* de entrada, o visitante já sabia estar entrando nesse



PRINCIPE DOM AUGUSTO DE SAXE-COBURGO E BRAGANÇA
 Enverga a farda de Capitão de Corveta da Marinha Austríaca e ostenta, de cima para baixo, as seguintes Grã-Cruzes: 1) Ordem de São José da Toscana, da qual também usa a fita; 2) Ordem Ernestina da Casa de Saxe; 3) Ordem de Sto. André da Bulgária.
 (Fotografia de Viena, 1903, assinada: D. Augusto Leopoldo de Coburgo Bragança).
 (Coleção Dr. Guilherme Catramby).

Figura 5 – Príncipe Dom Augusto

“pequeno Brasil”(Figura 6). Sua descendência, podemos afirmar categoricamente, manteve os estreitos vínculos com a Pátria brasileira, mesmo que apenas uma filha sua e os filhos desta tenham conservado a nacionalidade brasileira, nesse caso a princesa Dona Teresa Cristina. Por casamento Baronesa de Bordogna e Valnigra, seus filhos e netos são autênticos brasileiros e dinastas em ramo segundo. Um desses filhos, Dom Philippe Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, serviu também à Marinha de Guerra do Brasil, ingressando na carreira naval em 1957 e pedindo baixa em 1964, como primeiro-tenente (Figura 7); posteriormente, seguiu carreira como empresário do ramo de navegação.

D. Augusto Leopoldo foi agraciado ao longo de sua vida com as seguintes condecorações: Grã-Cruz das Ordens de D. Pedro I, da Rosa, Ernestina da Saxônia, de São Alexandre da Bulgária, da Torre e Espada

de Portugal, de Leopoldo da Bélgica e de São José da Toscana; e medalhas militares, entre elas a de ouro do Jubileu de Diamante da Rainha Vitória (1899) e a do Jubileu de Ouro do Imperador Francisco José (1898). Por tudo isso, podemos inferir que o príncipe Dom Augusto honrou as tradições navais brasileiras, mesmo tendo de prosseguir sua carreira em país diferente do seu – e certamente essa solução não era a de sua preferência, posto que sua formação moral estava toda voltada para o serviço da Pátria. Sua Alteza, após a revogação da lei de Banimento, pretendia rever o seu Brasil tão querido, mas, em função de uma enfermidade, faleceu no Castelo de Schladming, na Áustria, em 11 de outubro de 1922, sem ter podido regressar ao seu país. Seu corpo foi sepultado no jazigo da dinastia de Saxe-Coburgo-Gotha, na cripta da Igreja de Santo Agostinho, em Coburgo, cidade que hoje faz parte da Baviera.



Figura 6 – Brasão Saxe Coburgo-Bragança



Figura 7 – Primeiro-Tenente Philippe Tasso

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<HISTÓRIA>; História do Brasil;

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, A. L. Porto e. “Aos perdedores, a República”, in *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6/12/1991.
- ARGON, Maria de Fátima Moraes (Org.). *Família Imperial – Álbum de Retratos*. Museu Imperial/Iphan/Minc, Petrópolis, 2002.
- BRAGANÇA, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. “Vultos do Brasil Imperial na Ordem Ernestina da Saxônia”, in *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. XII – 1951, MEC, Rio de Janeiro, 1961.
- BRAGANÇA, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. “O Ramo Brasileiro da Casa de Bragança”, in *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. XVIII, MEC, Rio de Janeiro, 1968.
- CARVALHO, Antônio Maria de. *Histórico do Clube Naval de 12/4/1884 a 11/6/1968*. Baptista de Souza & Cia Editores, Rio de Janeiro, GB, 1968.

- LESSA, Clado Ribeiro de. “Esboço Biobibliográfico”, in BRAGANÇA, Dom Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e. *Trabalhos de Mineralogia e Numismática*. Martins Fontes Editora, São Paulo, 1958.
- MARIZ, Vasco. *Retratos do Império*. Topbooks, Rio de Janeiro, 2016.
- MELLO, Custódio José de. *O Governo Provisório e a Revolução de 1893*, 1ª Vol, 1ª tomo, Edição Póstuma, Coleção Brasileira, vol. 128, Cia Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- MELLO, Custódio José de. Vinte e Um Meses ao Redor do Planeta (resumo feito pelo Almirante Raul Fernandes), in RECHSTEINER, Adalberto (org.). *Três Ilustres Almirantes e as Circunavegações dos Navios Brasileiros – Vital de Oliveira, Almirante Barroso e Benjamin Constant*. Separata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1941.
- MENESES, Rodrigo Octávio Langaard. *Minhas Memórias dos Outros*, Vol. 1, Civilização Brasileira/Mec. Rio de Janeiro, 1978.
- RODRIGUES, Luís Severiano Soares. “Vida e Morte do Comandante Lorena”, in *Revista do Clube Naval*, nº 358, Abr/Mai/Jun-2011, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, Luís Severiano Soares. “Os Príncipes do Brasil e a Marinha do Brasil”, in *Revista do Clube Naval*, nº 364, Out/Nov/Dez-2012, Rio de Janeiro.

ANEXO

Visita ao Museu Naval



O autor Luís Severiano Soares Rodrigues acompanhado dos familiares descendentes de D. Augusto Leopoldo – o casal Dona Walburga e D. Philippe Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança e D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, que doaram ao Museu Naval uma mala de viagem austríaca do século XIX pertencente ao príncipe D. Augusto, avô dos doadores. Na visita, foram recepcionados pela vice-diretora do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, Comandante Regina Boanerges Siqueira (à direita), com o Capitão de Corveta (T) Carlos André Lopes, encarregado da Divisão de História Marítima e Naval, e a Capitão de Corveta (T) Glauca S. de Moura, chefe do Departamento de Museologia. Sobre a mesa também foi exposta a espada de D. Augusto Leopoldo, pertencente ao acervo do Museu Naval.